



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

<b>INTERESSADA:</b> Sociedade Uninordeste de Educação Universitária de Caucaia S/S Ltda.		<b>UF:</b> CE
<b>ASSUNTO:</b> Reexame do Parecer CNE/CES nº 83, de 25 de janeiro de 2024, que tratou do recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES que, por meio da Portaria nº 1.157, de 30 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União – DOU, em 2 de janeiro de 2023, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de tecnologia em Logística, na modalidade a distância, pleiteado pela Faculdade Terra Nordeste – FATENE, com sede no município de Caucaia, no estado do Ceará.		
<b>RELATORA:</b> Elizabeth Regina Nunes Guedes		
<b>e-MEC Nº:</b> 202023611		
<b>PARECER CNE/CES Nº:</b> <b>84/2025</b>	<b>COLEGIADO:</b> <b>CES</b>	<b>APROVADO EM:</b> <b>29/1/2025</b>

## I – RELATÓRIO

Em 2020, a recorrente, Sociedade Uninordeste de Educação Universitária de Caucaia S/S Ltda., solicitou autorização para funcionamento do curso superior de tecnologia em Logística, na modalidade Educação a Distância – EaD, a ser ofertado por sua mantida, a Faculdade Terra Nordeste – FATENE.

Superadas as fases processuais regulares, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES emitiu Parecer Final manifestando-se desfavoravelmente ao acolhimento do pleito formulado pela recorrente, motivo por que o pedido de autorização restou indeferido pela Portaria SERES nº 1.157, de 30 de dezembro de 2022, regularmente publicada no Diário Oficial da União – DOU, em 2 de janeiro de 2023.

Objetivando adequada compreensão da questão trazida à apreciação desta Câmara, faz-se oportuno transcrever, de forma objetiva, os trechos mais relevantes do Parecer Final da SERES, fundamento para o ato autorizativo denegatório abordado pelo recurso interposto:

[...]

### 4.3. Da análise do mérito

*No que concerne aos indicadores apontados no Art. 13 do PN nº 20/2017, elencamos abaixo os que obtiveram conceitos abaixo de 3, com as respectivas justificativas que embasam a análise da comissão de avaliação e da CTA.*

#### a) 1.4. Estrutura curricular – Conceito 1.

A Comissão de Avaliação, para atribuição do conceito 2, justificou que: “Conforme observado no PPC do CST em Logística EaD da FATENE, em suas p. 48-54, bem como evidenciado nas falas da coordenadora de curso - professora Isabel e do professor Carlos - PI Institucional, não foi prevista a disciplina de Libras nem como OPTATIVA, nem como OBRIGATÓRIA. Todavia, está expresso nessas mesmas páginas, a flexibilidade, interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica e a relação da teoria com a prática compatíveis com a carga horária de 1740h.”.

Em seu recurso de impugnação, a IES questionou o conceito igual a 2, com o argumento:

“Ressalta-se a observação da ausência da disciplina de LIBRAS, o que fica sinalizado para IES inserir seja como OPTATIVA ou OBRIGATÓRIA na estrutura curricular do curso”.

“Acata-se também a sugestão da análise qualitativa do relatório a inserção da disciplina de LIBRAS como OPTATIVA na Estrutura Curricular”.

Parecer: Na matriz curricular constante do processo em “Detalhamento do Processo”, não consta o componente curricular (disciplina) Libras, como optativa ou obrigatória. A Comissão de avaliação também constatou esta ausência no Relatório de Avaliação. No recurso de impugnação, a IES, considerando o apontamento da Comissão de Avaliação, apresentou uma nova proposta de Matriz Curricular com a inclusão de Libras como optativa (40h) no primeiro semestre do curso, porém, não há caracterização de optativa, pois a lógica é que, para ser optativa, precisa existir ao menos, opção entre componente A ou B, o que não se observa na nova proposta. O Primeiro Semestre do curso contém 440 horas na Matriz original, bem como na nova proposta da IES em seu recurso de impugnação, mas esta, contendo Libras com 40h e todos os demais componentes com 80 horas, assim, não há como existir a opção entre um componente de 40h e outro de 80h ou vice-versa. Se o aluno optar por Libras (40h) ao invés de outro com (80h), este, estaria cumprindo apenas 400h do primeiro semestre, não integralizando a carga horária total do curso de 1.740h. O que se constata é apenas a inclusão de componente curricular denominado como optativa mas sem a devida estruturação na Matriz Curricular do Curso. Também se constata que a estrutura curricular, por inexistência da oferta de Libras em sua Matriz, não atende satisfatoriamente ao critério de flexibilidade, exigida para o conceito 2 do indicador 1.4. Assim, esta relatoria se manifesta pela minoração do conceito 2 para 1, atribuído pela Comissão de Avaliação.

Isto posto, acerca das exigências previstas no art. 13 da Portaria Normativa nº 20/2017, seguem os devidos esclarecimentos:

Portaria Normativa nº 20/2017	Requisito	Resultado da Análise
Art. 13, I	Conceito de Curso igual ou maior que três.	Atendimento do quesito. Obteve conceito final maior que 3, conforme apresentado no quadro 2, do título 3, do presente parecer.
Art. 13, II	Conceito igual ou maior que três em cada uma das dimensões do Conceito de Curso	Atendimento do quesito. Obteve conceitos maiores do que 3 nas três dimensões, conforme apresentado no

	<i>Obs.: Conforme dita o § 4º, do art. 13, da Portaria Normativa nº 20/2017, será considerado como atendido esse critério na hipótese de obtenção de conceito igual ou superior a 2,8 em uma única dimensão, desde que as demais, e o conceito final, sejam iguais ou superiores a 3.</i>	<i>quadro 2, do título 3, do presente parecer.</i>
<i>Art. 13, IV, a</i>	<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador 1.4: Estrutura Curricular.</i>	<i>Não atendimento do quesito: obteve conceito inferior a 3, conforme relatório de avaliação reformado pela CTAA.</i>
<i>Art. 13, IV, b</i>	<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador 1.5: Conteúdos Curriculares.</i>	<i>Atendimento do quesito: obteve conceito maior ou igual a 3, conforme relatório de avaliação reformado pela CTAA.</i>
<i>Art. 13, IV, c</i>	<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador 1.6: Metodologia.</i>	<i>Atendimento do quesito: obteve conceito maior ou igual a 3, conforme relatório de avaliação reformado pela CTAA.</i>
<i>Art. 13, IV, e</i>	<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador 1.16: Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.</i>	<i>Atendimento do quesito: obteve conceito maior ou igual a 3, conforme relatório de avaliação reformado pela CTAA.</i>
<i>Art. 13, IV, d</i>	<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador 1.17: Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).</i>	<i>Atendimento do quesito: obteve conceito maior ou igual a 3, conforme relatório de avaliação reformado pela CTAA.</i>
<i>Art. 13, § 2º, I e II</i>	<i>Cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais ou da carga horária mínima do curso.</i>	<i>Atendimento do quesito, conforme relatório de avaliação reformado pela CTAA.</i>

*Considerando a análise documental e o relatório de avaliação reformado pela CTAA, constata-se que o pedido não atendeu, no âmbito sistêmico e global, suficientemente aos requisitos legais e normativos dispostos na legislação vigente, pois obteve conceito insatisfatório no indicador 1.4, considerado indispensável para assegurar as condições mínimas de funcionamento para a oferta do curso na modalidade EaD.*

## 5. CONCLUSÃO

*Diante do exposto, por não estar em consonância com os requisitos dos Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e nos termos das Portarias MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, esta Secretaria manifesta-se pelo indeferimento do pedido de autorização do Curso - 1547454 - LOGÍSTICA, TECNOLÓGICO, solicitado pelo(a) FACULDADE TERRA NORDESTE, com sede no endereço: Rua Coronel Correia, 1119, - até 1179/1180, Parque Soledade, Caucaia/CE, mantido(a) pelo(a) SOCIEDADE UNINORDESTE DE EDUCACAO UNIVERSITARIA DE CAUCAIA S/S LTDA.*

Oportuno registrar que a recorrente considerou que o relatório da avaliação *in loco* continha equívocos na apreciação dos critérios de análise, tanto que apresentou sua impugnação no tempo e modo devidos.

Em decorrência da apresentação da impugnação, a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação – CTAA reformou parcialmente o relatório de avaliação *in loco*, com a alteração de conceitos atribuídos a alguns indicadores de qualidade, culminando com a atribuição de conceito um ao Indicador 1.4 – Estrutura curricular.

Não obstante tenha havido acolhimento parcial dos argumentos lançados pela recorrente em sua impugnação, o supracitado indicador, que integra o padrão decisório aplicável ao pedido de autorização para funcionamento do curso superior, objeto do processo em epígrafe, permaneceu com conceitos insatisfatórios, especificamente conceito um.

Em virtude disso, o pleito em questão, restou indeferido, como acima apontado.

Irresignado com o indeferimento, a recorrente interpôs recurso em face da Portaria SERES nº 1.157, de 25 de janeiro de 2022, aduzindo, em síntese, que teria havido equívoco na avaliação *in loco*, bem como na análise de sua impugnação por parte da CTAA.

A peça recursal apresentada, portanto, não traz qualquer argumentação relativa ao fundamento adotado para o seu indeferimento, tendo como pedido o acolhimento de suas razões, limitadas, como se evidencia da análise da peça recursal, a aduzir argumentos que objetivam alterar o resultado da avaliação *in loco* e do julgamento das CTAA relativamente à apreciação de razões ligadas à interpretação dos critérios de análise para buscar a alteração do conceito um atribuído ao Indicador 1.4 – Estrutura curricular, assim concluindo sua pretensão recursal:

[...]

*Ex positis, vimos respeitosamente à presença de Vossa Excelência, data vênua, requerer com o devido acatamento e respeito, admissibilidade e em seguida o provimento à autorização do Curso de Logística, Tecnólogo, ora pleiteado pela FATENE, conforme seguem os pedidos:*

*1 - Seja conhecido o presente recurso, para no mérito proceder a análise das razões deduzidas e dar-lhe provimento;*

*2 - Seja revogada a r. decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio da PORTARIA Nº 1.157, publicada no Diário Oficial da União, em 2 de janeiro de 2022, que publicou o indeferimento à autorização do curso superior de graduação em Logística, Tecnólogo vindicado pela Faculdade Terra Nordeste.*

Com efeito, a peça recursal está limitada à tentativa de reagitar a discussão sobre o indicador de qualidade que obteve conceito insatisfatório na avaliação *in loco*, inclusive aquele que permaneceu nesta condição depois que a CTAA acolheu parcialmente a impugnação apresentada pela recorrente.

Assentadas essas premissas, cumpre analisar o conteúdo do recurso, bem como os documentos que instruem o processo em epígrafe para, assim, apreciar o pedido de reforma da Portaria em análise.

### **Considerações da Relatora**

A análise da pretensão recursal deduzida pela recorrente evidencia sua indisfarçada pretensão de revolver o resultado da avaliação *in loco* havida, a qual, consoante se verifica dos autos, recebeu a impugnação cabível por parte da instituição proponente, tendo a mesma sido apreciada pela CTAA, o que resulta na definitividade do relatório de avaliação *in loco* e

dos conceitos atribuídos aos indicadores de qualidade e, por conseguinte, às dimensões avaliadas.

A argumentação trazida na peça recursal deixa evidente a pretensão de retomada da discussão acerca do relatório de avaliação *in loco* e da decisão exarada pela CTAA na análise da impugnação ofertada pela recorrente, como acima apontado e evidenciado pela documentação constante dos autos, limitando-se a peça aos seguintes trechos, seguidos de argumentação buscando reagitar a avaliação dos conceitos dos indicadores com resultado insatisfatório:

[...]

*Ex positis, vimos respeitosamente à presença de Vossa Excelência, data vênua, requerer com o devido acatamento e respeito, admissibilidade e em seguida o provimento à autorização do Curso de Logística, Tecnólogo, ora pleiteado pela FATENE, conforme seguem os pedidos:*

*1 - Seja conhecido o presente recurso, para no mérito proceder a análise das razões deduzidas e dar-lhe provimento;*

Evidenciada a verdadeira pretensão recursal, qual seja, reagitar a discussão acerca do relatório de avaliação *in loco*, cumpre registrar que, analisada e decidida a impugnação apresentada no âmbito da CTAA, restou encerrada a fase de avaliação *in loco*.

Com efeito, vale lembrar que a legislação em vigor estabelece que a fase de avaliação *in loco*, nos exatos termos do art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, tem seu início com a remessa do processo ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, após o Despacho Saneador a cargo da SERES, e seu final com a inserção do relatório de avaliação ou, em caso de interposição de recurso, depois da apreciação deste pela CTAA, *verbis*:

[...]

*Art. 7º A atividade de avaliação, sob responsabilidade do INEP, terá início a partir do despacho saneador satisfatório ou parcialmente satisfatório da coordenação geral competente e se concluirá com a inserção do relatório de avaliação *in loco* ou, nas hipóteses de impugnação, após a apreciação pela Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA.*

*§ 1º O relatório será elaborado pela comissão de avaliação no Sistema e-MEC e a instituição e a Secretaria terão prazo comum de 30 (trinta) dias para impugná-lo.*

*§ 2º Havendo impugnação, será aberto prazo de 10 (dez) dias para contrarrazões da Secretaria ou da instituição, conforme o caso.*

*§ 3º Após impugnação, o processo será submetido à CTAA, conforme normativo próprio expedido pelo INEP.*

No caso sob análise, a integralidade da fase de avaliação *in loco* restou percorrida, tendo em vista, como já registrado, que a recorrente apresentou impugnação em face do relatório de avaliação *in loco*, já tendo havido deliberação da CTAA sobre a questão.

Nesse compasso, encerrada a fase de avaliação, torna-se definitivo e imutável o conteúdo do relatório de avaliação *in loco*, tanto que o art. 13, § 3º, da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, deixa claro que, durante a tramitação do processo regulatório perante o Conselho Nacional de Educação – CNE, não é admissível apresentação de diligências destinada a revisar o resultado da atividade avaliativa:

[...]

*Art. 13. A CNE/CES apreciará o parecer do Conselheiro relator e proferirá sua decisão, nos termos do Regimento Interno.*

*§ 1º O processo poderá ser baixado em diligência, para a apresentação de esclarecimentos ou informações relevantes, nos termos do Regimento Interno.*

*§ 2º O prazo para atendimento da diligência será de 30 (trinta) dias.*

*§ 3º Não caberá a realização de diligência para revisão da avaliação.*

Encerrada a fase de avaliação *in loco*, sobretudo quando a recorrente esgotou as possibilidades de discussão sobre seu conteúdo, o relatório de avaliação não pode mais ser modificado, tornando-se consolidado seu conteúdo e definitivos os conceitos e justificativas nele lançados.

Vale ainda registrar que o resultado da avaliação *in loco* é a principal fonte para a fundamentação das decisões prolatadas nos processos regulatórios, haja vista que o art. 1º, § 3º, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, é claro ao estabelecer que a avaliação é o “referencial básico” para os processos regulatórios e de supervisão:

[...]

*Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior - IES e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, no sistema federal de ensino.*

[...]

*§ 3º A avaliação será realizada por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes, com caráter formativo, e constituirá o referencial básico para os processos de regulação e de supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade.*

A partir dessa regra, e objetivando trazer transparência e segurança jurídica para todos os participantes dos processos regulatórios, restou publicada a Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017, dispondo sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento e credenciamento institucional, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

No caso dos pedidos de autorização para oferta de cursos superiores, a supracitada Portaria, além de trazer os requisitos de admissibilidade do pedido de autorização, contidos

em seu art. 10, contém, ainda, o padrão decisório a ser observado por ocasião da elaboração do Parecer Final, de responsabilidade da SERES, nos termos de seu art. 13:

[...]

*Art. 13. Na fase de parecer final, a análise dos pedidos de autorização terá como referencial o Conceito de Curso - CC e os conceitos obtidos em cada uma das dimensões, sem prejuízo de outras exigências previstas na legislação e de medidas aplicadas no âmbito da supervisão, observando-se, no mínimo e cumulativamente, os seguintes critérios:*

*I - obtenção de CC igual ou maior que três;*

*II - obtenção de conceito igual ou maior que três em cada uma das dimensões do CC; e*

*III - para os cursos presenciais, obtenção de conceito igual ou maior que três nos seguintes indicadores:*

*a) estrutura curricular; e*

*b) conteúdos curriculares;*

*IV - para os cursos EaD, obtenção de conceito igual ou maior que três nos seguintes indicadores:*

*a) estrutura curricular;*

*b) conteúdos curriculares;*

*c) metodologia;*

*d) AVA; e*

*e) Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC.*

*§ 1º O não atendimento aos critérios definidos neste artigo ensejará o indeferimento do pedido.*

*§ 2º A SERES poderá indeferir o pedido de autorização caso o relatório de avaliação evidencie o descumprimento dos seguintes requisitos:*

*I - Diretrizes Curriculares Nacionais, quando existentes;*

*II - carga horária mínima do curso.*

*§ 3º Da decisão de indeferimento da SERES, caberá recurso ao CNE, nos termos do Decreto nº 9.235, de 2017.*

*§ 4º Será considerado como atendido o critério contido no inciso II deste artigo na hipótese de obtenção de conceito igual ou superior a 2,8 em uma única dimensão, desde que as demais dimensões e o conceito final sejam iguais ou superiores a 3,0.*

No caso sob análise, por se tratar de pedido de autorização para funcionamento de curso superior EaD, devem ser observados os critérios objetivos estabelecidos nos incisos I, II e IV do artigo acima transcrito.

Ocorre que, consoante relatório de avaliação constante dos autos, depois de reformado pela CTAA, o Indicador 1.4 – Estrutura curricular permaneceu com conceito insatisfatório (conceito um).

Desse modo, desatendido o critério expressamente exigido no art. 13, inciso IV, § 1º, da Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017, impositiva a aplicação do disposto no § 1º do referido dispositivo, que estipula:

[...]

*§ 1º O não atendimento aos critérios definidos neste artigo ensejará o indeferimento do pedido.*

Neste sentido, emerge correta a manifestação da SERES que, em sede de Parecer Final, manifestou-se pelo indeferimento do pedido de autorização para funcionamento do curso superior de tecnologia em Logística, na modalidade EaD, pleiteado pela Faculdade Terra Nordeste – FATENE:

[...]

#### **5. CONCLUSÃO**

*Diante do exposto, por não estar em consonância com os requisitos dos Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e nos termos das Portarias MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, esta Secretaria manifesta-se pelo indeferimento do pedido de autorização do Curso - 1547454 - LOGÍSTICA, TECNOLÓGICO, solicitado pelo(a) FACULDADE TERRA NORDESTE, com sede no endereço: Rua Coronel Correia, 1119, - até 1179/1180, Parque Soledade, Caucaia/CE, mantido(a) pelo(a) SOCIEDADE UNINORDESTE DE EDUCACAO UNIVERSITARIA DE CAUCAIA S/S LTDA..*

Evidente, portanto, a premissa de que não restou atendido o padrão decisório exigido pela Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017, para que fosse autorizado o funcionamento do curso superior pretendido, especificamente no que diz respeito ao art. 13, inciso IV da referida normativa, razão pela qual não há meios a ensejar a reforma da Portaria SERES nº 1.157, de 30 de dezembro de 2022.

## **II – VOTO DA RELATORA**

Voto, em sede de reexame, pela reforma do Parecer CNE/CES nº 83, de 25 de janeiro de 2024, que deu provimento ao recurso contra a decisão expressa na Portaria SERES nº 1.157, de 30 de dezembro de 2022, e manifesto-me desfavorável ao pedido de autorização para funcionamento do curso superior de tecnologia em Logística, na modalidade a distância, que seria oferecido pela Faculdade Terra Nordeste – FATENE, com sede na Rua Coronel Correia, nº 1.119, bairro Parque Soledade, no município de Caucaia, no estado do Ceará,



mantida pela Sociedade Uninordeste de Educação Universitária de Caucaia S/S Ltda., com sede no mesmo município e estado.

Brasília-DF, 29 de janeiro de 2025.

Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes – Relatora

### **III – DECISÃO DA CÂMARA**

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto da Relatora.

Sala das Sessões, em 29 de janeiro de 2025.

Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr. – Presidente

Conselheira Luciane Bisognin Ceretta – Vice-Presidente